



IX - obedecer a legislação ambiental brasileira e as normas e disposições dos demais instrumentos normativos do Refúgio de Alcatrazes, incluindo seu Plano de Manejo e Plano de Uso Público;
 X - efetuar agendamento correspondente ao número de embarcações e de passageiros envolvidos na atividade;
 XI - respeitar os limites referentes aos locais onde houver restrição de navegação e de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes;
 XII - elaborar e encaminhar relatórios de atividades realizadas no Refúgio de Alcatrazes à Administração da unidade de conservação, conforme modelo e periodicidade indicados pelo ICMBio Alcatrazes;
 XIII - respeitar os limites da Esec Tupinambás; e
 XIV - utilizar preferencialmente produtos biodegradáveis para limpeza de utensílios, e buscar adequações nos sistemas de armazenamento de efluentes para que estes possam também receber os descartes provenientes das cozinhas.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
 Declaro ter conhecimento das normas para visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, comprometendo-me a obedecê-las, bem como às diretrizes contidas em seu Plano de Uso Público e demais normativas e regulamentos vigentes relacionados à UC.

Assinatura do Autorizado _____
 Autoridade/Cargo/ Carimbo: _____

ANEXO IV

TERMO DE CONHECIMENTO DE RISCO INDIVIDUAL

ATIVIDADE: xxxxxx

PERÍODO: xxxxx

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº: XXXX

RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: XXXXX

Declaro estar ciente de que existem riscos inerentes à permanência em áreas naturais, responsabilizando-me por acidentes durante minha visita ao Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, isentando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio de qualquer responsabilidade. Declaro ainda ter conhecimento das normas para visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, comprometendo-me a obedecê-las, bem como às diretrizes contidas em seu Plano de Uso Público e demais normativas e regulamentos vigentes relacionados à UC.

Nome: _____
 Identidade: _____
 CPF: _____
 Em caso de emergência, quem avisar?
 Telefone: _____
 Em, _____ de _____ de _____

Assinatura
 Normas para Visitação Pública no Refúgio de Alcatrazes

5.1.1 Quaisquer atividades que coloquem em risco a integridade dos ecossistemas deverão ser imediatamente suspensas, independente da autorização que possuam, respeitado o disposto no inciso V, art. 3º do Decreto de dois de agosto de 2017 e Decreto nº 4.411/2002.
 5.1.6 Nas áreas das unidades de conservação não é permitido o descarte de qualquer tipo de resíduo sólido, inclusive orgânico, bem como o descarte direto de efluentes sanitários e dos porões das embarcações, assim como não é permitido o acionamento de bombas dos sistemas de esgotamento de tanques de retenção de efluentes das embarcações.
 5.1.7 Não são permitidos o ingresso e a permanência nas unidades de conservação de pessoas acompanhadas de animais domésticos, como cachorros, gatos, entre outros animais exóticos, bem como são proibidos animais domesticados ou amansados nas embarcações.
 5.1.8 Excetua-se do item 5.1.7 os cães guias, conforme previsto em legislação específica.
 5.1.9 Não é permitido o acionamento de buzinas e outros sinais sonoros, bem como a utilização de equipamentos sonoros coletivos e instrumentos musicais diversos no entorno de uma milha náutica (±1,8 km) das ilhas, exceto em condições necessárias à segurança da navegação, como visibilidade restrita.
 5.1.11 Não é permitido o preparo de alimentos que possam atrair as aves das unidades de conservação, a exemplo de churrascos, frituras e semelhantes, no entorno de 3 milhas náuticas (±5,5 km) das ilhas.
 5.1.27 Não é permitido manipular projéteis ou quaisquer resíduos dos treinamentos militares nas áreas das unidades de conservação, sob qualquer circunstância, inclusive durante as atividades próprias da gestão, monitoramento e pesquisa.
 5.1.28 Quaisquer artefatos bélicos ou resíduos observados deverão ser imediatamente comunicados à Marinha do Brasil e ao ICMBio, para os devidos procedimentos.
 5.1.32 O fundeio, quando autorizado nas unidades de conservação, deverá ser realizado em locais previamente estabelecidos nos instrumentos de planejamento e regulamentação das unidades de conservação, em fundos arenosos ou em poitãs.
 5.1.33 Não é permitido alimentar a fauna silvestre, exceto nas atividades vinculadas a procedimentos metodológicos de pesquisas científicas e manejo da fauna, aprovados pelo ICMBio.
 5.1.35 Não é permitida a entrada de embarcações, ou estruturas de qualquer natureza, bioincrustadas ou contaminadas com espécies exóticas nas unidades de conservação.
 5.1.36 A retirada de quaisquer petrechos de pesca perdidos, descartados ou abandonados no interior das unidades de conservação deverá ser previamente autorizada pelo ICMBio, a fim de evitar possíveis interferências com pesquisas em desenvolvimento ou nos resultados de programas de monitoramento.
 5.1.37 Não é permitida a instalação de recifes artificiais e outras estruturas permanentes passíveis de serem colonizadas por organismos marinhos nas unidades de conservação.
 5.3.2 A navegação no entorno de 1 milha náutica (1,8 km) das ilhas do Refúgio de Alcatrazes deverá ser estabelecida nos instrumentos de planejamento e regulamentação da unidade de conservação.
 5.3.4 A parada das embarcações para a visitação pública no Refúgio de Alcatrazes só poderá ocorrer em poitãs, nas áreas pré-determinadas

para esse fim, ou conforme disposto nos instrumentos de planejamento e regulamentação da unidade de conservação.
 5.3.5 As atividades de visitação noturna no Refúgio de Alcatrazes serão autorizadas conforme diretrizes e normas estabelecidas neste plano de manejo ou em outros instrumentos de planejamento e regulamentação.
 5.3.6 As embarcações autorizadas para a prática de atividades de visitação não poderão portar petrechos de pesca, exceto aqueles considerados equipamentos de salvatagem pela autoridade marítima.
 5.3.7 As embarcações autorizadas a operar a visitação pública no Refúgio de Alcatrazes deverão ser habilitadas para transporte de passageiros e navegação em mar aberto, conforme exigências da Marinha do Brasil.
 5.3.8 As embarcações particulares autorizadas a visitar a unidade de conservação deverão ter dotação para navegação em mar aberto, conforme exigências da Marinha do Brasil.
 5.3.9 Nas atividades de visitação é proibido o toque nos costões rochosos e organismos marinhos, perseguição da fauna e apanha de quaisquer organismos marinhos.
 5.3.10 É proibida a retirada de material de origem orgânica e inorgânica da unidade de conservação, tais como conchas e pedaços de rochas.
 5.3.11 As atividades de avistamento de cetáceos, aves e quelônios deverão observar as normativas vigentes e recomendações de práticas de baixo impacto.
 5.3.12 A realização de atividades e práticas esportivas e competitivas de baixo impacto na unidade de conservação poderá ser permitida mediante autorização do ICMBio.

Fonte: Plano de Manejo da Estação Ecológica Tupinambás e Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes

ANEXO V

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE USO

Venho solicitar autorização para realização de atividades de uso público no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes conforme informações prestadas abaixo e documentação apresentada em anexo.

Dados do Interessado:
 Nome do responsável: _____
 CPF: _____
 Instituição: _____
 CNPJ: _____
 Telefones: (____) _____; (____) _____
 E-mail: _____
 Endereço: _____
 Atividade de interesse: _____

Detalhamento da atividade de interesse:

1. Objetivo da atividade e justificativa.
2. Número de participantes e estrutura de apoio (embarcações, estruturas de apoio previstas para as áreas da UC durante a atividade).
3. Localização da atividade com croqui simplificado do Arquipélago.
4. Período de realização.
5. Outras observações.

ANEXO VI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE USO

| | |
|--|----------------------------------|
| Ministério do Meio Ambiente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Alcatrazes | |
| TERMO DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE USO | |
| Termo de Autorização Especial de Uso nº XXX/2017 | São Sebastião, XX de mês de 2017 |
| Considerando a Portaria ICMBio nº XX de XX de agosto de 2017, e tendo em vista a análise da documentação apresentada pelo interessado, o Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Alcatrazes AUTORIZA o exercício da atividade de XXXX no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes. | |
| Interessado (nome do responsável e nome da instituição, quando houver): | CPF: _____ CNPJ: _____ |
| Endereço: _____ | |
| Validade: DD/MM/AAAA | |
| CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES ESPECÍFICAS RESTRIÇÕES GERAIS - Fonte: Normas do Plano de Manejo da Estação Ecológica Tupinambás e Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes 5.1.1 Quaisquer atividades que coloquem em risco a integridade dos ecossistemas deverão ser imediatamente suspensas, independente da autorização que possuam, respeitado o disposto no inciso V, art. 3º do Decreto de dois de agosto de 2017 e Decreto nº 4.411/2002. 5.1.6 Nas áreas das unidades de conservação não é permitido o descarte de qualquer tipo de resíduo sólido, inclusive orgânico, bem como o | |

descarte direto de efluentes sanitários e dos porões das embarcações, assim como não é permitido o acionamento de bombas dos sistemas de esgotamento de tanques de retenção de efluentes das embarcações.
 5.1.7 Não são permitidos o ingresso e a permanência nas unidades de conservação de pessoas acompanhadas de animais domésticos, como cachorros, gatos, entre outros animais exóticos, bem como são proibidos animais domesticados ou amansados nas embarcações.
 5.1.8 Excetua-se do item 5.1.7 os cães guias, conforme previsto em legislação específica.
 5.1.9 Não é permitido o acionamento de buzinas e outros sinais sonoros, bem como a utilização de equipamentos sonoros coletivos e instrumentos musicais diversos no entorno de uma milha náutica (±1,8 km) das ilhas, exceto em condições necessárias à segurança de navegação, como visibilidade restrita.
 5.1.11 Não é permitido o preparo de alimentos que possam atrair as aves das unidades de conservação, a exemplo de churrascos, frituras e semelhantes, no entorno de 3 milhas náuticas (±5,5 km) das ilhas.
 5.1.27 Não é permitido manipular projéteis ou quaisquer resíduos dos treinamentos militares nas áreas das unidades de conservação, sob qualquer circunstância, inclusive durante as atividades próprias da gestão, monitoramento e pesquisa.
 5.1.28 Quaisquer artefatos bélicos ou resíduos observados deverão ser imediatamente comunicados à Marinha do Brasil e ao ICMBio, para os devidos procedimentos.
 5.1.32 O fundeio, quando autorizado nas unidades de conservação, deverá ser realizado em locais previamente estabelecidos nos instrumentos de planejamento e regulamentação das unidades de conservação, em fundos arenosos ou em poitãs.
 5.1.33 Não é permitido alimentar a fauna silvestre, exceto nas atividades vinculadas a procedimentos metodológicos de pesquisas científicas e manejo da fauna, aprovados pelo ICMBio.
 5.1.35 Não é permitida a entrada de embarcações, ou estruturas de qualquer natureza, bioincrustadas ou contaminadas com espécies exóticas nas unidades de conservação.
 5.1.36 A retirada de quaisquer petrechos de pesca perdidos, descartados ou abandonados no interior das unidades de conservação deverá ser previamente autorizada pelo ICMBio, a fim de evitar possíveis interferências com pesquisas em desenvolvimento ou nos resultados de programas de monitoramento.
 5.1.37 Não é permitida a instalação de recifes artificiais e outras estruturas permanentes passíveis de serem colonizadas por organismos marinhos nas unidades de conservação.
 5.3.2 A navegação no entorno de 1 milha náutica (1,8 km) das ilhas do Refúgio de Alcatrazes deverá ser estabelecida nos instrumentos de planejamento e regulamentação da unidade de conservação.
 5.3.4 A parada das embarcações para a visitação pública no Refúgio de Alcatrazes só poderá ocorrer em poitãs, nas áreas pré-determinadas para esse fim, ou conforme disposto nos instrumentos de planejamento e regulamentação da unidade de conservação.
 5.3.5 As atividades de visitação noturna no Refúgio de Alcatrazes serão autorizadas conforme diretrizes e normas estabelecidas neste plano de manejo ou em outros instrumentos de planejamento e regulamentação.
 5.3.6 As embarcações autorizadas para a prática de atividades de visitação não poderão portar petrechos de pesca, exceto aqueles considerados equipamentos de salvatagem pela autoridade marítima.
 5.3.7 As embarcações autorizadas a operar a visitação pública no Refúgio de Alcatrazes deverão ser habilitadas para transporte de passageiros e navegação em mar aberto, conforme exigências da Marinha do Brasil.
 5.3.8 As embarcações particulares autorizadas a visitar a unidade de conservação deverão ter dotação para navegação em mar aberto, conforme exigências da Marinha do Brasil.
 5.3.9 Nas atividades de visitação é proibido o toque nos costões rochosos e organismos marinhos, perseguição da fauna e apanha de quaisquer organismos marinhos.
 5.3.10 É proibida a retirada de material de origem orgânica e inorgânica da unidade de conservação, tais como conchas e pedaços de rochas.
 5.3.11 As atividades de avistamento de cetáceos, aves e quelônios deverão observar as normativas vigentes e recomendações de práticas de baixo impacto.
 5.3.12 A realização de atividades e práticas esportivas e competitivas de baixo impacto na unidade de conservação poderá ser permitida mediante autorização do ICMBio.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
 Declaro ter conhecimento das normas para visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, me comprometendo a obedecê-las, bem como às diretrizes contidas em seu Plano de Uso Público e demais normativas e regulamentos vigentes relacionados à UC.

Assinatura do Autorizado _____
 Autoridade/Cargo/ Carimbo: _____

PORTARIA Nº 583, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova o Plano de Uso Público do Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes. (Processo nº 02126.000577/2017-87)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de janeiro de 2017, e nomeado através da Portaria nº 2.154, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Uso Público do Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, localizado no mar territorial do Estado de São Paulo e Município de São Sebastião, constante do processo administrativo nº 02126.000577/2017-87.

Art. 2º O texto completo do Plano de Uso Público será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Bloco C - Bairro Setor Sudoeste -Brasília
Telefone: 61 2028-9011/9013

PORTARIA Nº 582, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017.

Estabelece normas e procedimentos para o ordenamento da visitação pública, o cadastramento e a autorização para o exercício das atividades de mergulho autônomo e visita embarcada no Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes - RVSA em caráter experimental. (Processo nº 02126.000577/2017-87)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016 e considerando o que dispõe a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; o documento "Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação"; a Instrução Normativa ICMBio nº 02, de 03 de maio de 2016; o Decreto Federal de 02 agosto de 2016, que cria o Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes – Refúgio de Alcatrazes; a Portaria ICMBio nº 90, de 14 de setembro de 2016 que instituiu o Núcleo de Gestão Integrada do Arquipélago dos Alcatrazes – ICMBio Alcatrazes; o Plano de Manejo Integrado da Esec Tupinambás e Refúgio de Alcatrazes, aprovado pela Portaria ICMBio nº 350, de 19 de maio de 2017; o Plano de Uso Público do Refúgio de Alcatrazes; a necessidade de normatizar e regulamentar as atividades de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes e o estabelecido no Processo nº 02126.000577/2017-87,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria estabelece normas e procedimentos para o Cadastramento e a Autorização de Uso para o exercício das atividades comerciais de mergulho autônomo e visita embarcada no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes (Refúgio de Alcatrazes), em caráter experimental.

§1º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se por:

I - Cadastramento: o procedimento necessário para a emissão do Termo de Autorização de Uso aos interessados, nos termos dos art. 3º;

II - Autorização de Uso: ato administrativo unilateral, precário, manejado no exercício da competência discricionária do ICMBio, por meio do qual é consentida a utilização de bem público de uso especial, não ensejando direito à indenização para o particular quando da sua extinção;

III - Autorizado: pessoa jurídica cujo representante legal assinará o Termo de Autorização de Uso, após cadastramento, ou pessoa física, no caso de condutor que assinará o Termo de Autorização de Uso;

IV - Atividade de mergulho autônomo: modalidade de mergulho que utiliza aparelho de respiração aquático independente (SCUBA); e

V- Visita embarcada: visita realizada em embarcação com o propósito de proporcionar a contemplação das belezas cênicas

e da biodiversidade da unidade de conservação, sendo permitido o mergulho livre.

§2º Por tratar-se de uma atividade nova, a visitação pública no Refúgio de Alcatrazes será implementada de forma gradativa, conforme preconiza o Plano de Uso Público da unidade de conservação.

§3º Esta Portaria passará por atualizações conforme necessidades de gestão e com base em dados de monitoramento das atividades de visitação pública, podendo ser suspensa a atividade de visitação pública, a qualquer tempo.

Art. 2º Fica delegada competência ao Chefe do Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes para cadastrar os interessados e assinar os Termos de Autorização de Uso.

CAPÍTULO II DO CADASTRAMENTO

Seção I Do Operador

Art. 3º Os interessados em se cadastrar para exercer atividades de visitação no Refúgio de Alcatrazes deverão protocolar junto à Administração do ICMBio Alcatrazes os seguintes documentos:

- I – requerimento, conforme Anexo I;
- II – RG e CPF do representante legal da pessoa jurídica ou da pessoa física, no caso dos condutores;
- III – CNPJ e Inscrição Estadual da pessoa jurídica, se for o caso;
- IV – Alvará municipal de funcionamento da pessoa jurídica, se for o caso;
- V - Certificado de registro no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR – Ministério do Turismo, para as operadoras comerciais;
- VI – Certificado de habilitação mínima nível *Dive Master*, válido e expedido por instituição reconhecidamente competente, para os condutores subaquáticos; e
- VII – Termo de Conhecimento de Riscos inerente à atividade envolvendo transporte embarcado de visitantes em área natural aberta no interior do Refúgio de Alcatrazes (Anexo II), devidamente assinado.

Art. 4º É permitida a organização das operadoras comerciais em associações para cadastramento e autorização de uso, obedecidas as disposições constantes desta Portaria.

Seção II Da Embarcação

Art. 5º Todo proprietário de embarcação que realize a atividade de mergulho autônomo e visita embarcada no Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes deverá obrigatoriamente cadastrar a embarcação utilizada na atividade mediante a apresentação das seguintes informações e documentos:

- I - nome, tipo e título de inscrição da embarcação que fará a atividade;
- II - Certificado de Segurança da Navegação (CSN) da embarcação de categoria “transporte de passageiros em mar aberto” válido, expedido pela Marinha do Brasil;
- III - certificado válido de vistoria dos instrumentos minimamente necessários e das adequações ambientais das embarcações, atendendo ao disposto nos arts. 19 e 20, expedido pela Administração do ICMBio Alcatrazes; e
- IV - documento válido de habilitação dos condutores das embarcações, com categoria correspondente ao número de passageiros a serem transportados e habilitação para mar aberto.

Parágrafo único. O cadastramento das embarcações poderá ser feito a qualquer tempo, desde que seja feito por empresa autorizada, respeitado o disposto nessa Portaria.

CAPÍTULO III DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

Art. 6º Após o cadastramento e análise da documentação, quando do atendimento de todos os requisitos e normas estabelecidos nessa Portaria, o Termo de Autorização de Uso será emitido.

§1º O Termo de Autorização de Uso emitido conterá identificação numérica específica, conforme modelo constante no Anexo III, e terá a validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua emissão, podendo ser renovado por igual período, de acordo com o interesse da Administração e mediante a apresentação da documentação solicitada.

§2º Para os condutores será emitida uma carteira de condutor autorizado a desenvolver atividades no Refúgio de Alcatrazes, válida por um ano, a ser emitida ou renovada na capacitação anual dos condutores promovida pelo ICMBio Alcatrazes.

§3º Após o recebimento das solicitações de cadastramento dos interessados, o ICMBio Alcatrazes analisará a documentação em até 30 (trinta) dias e, constatando o atendimento de todos os requisitos e normas estabelecidos nesta Portaria, emitirá Termo de Autorização de Uso para o exercício das atividades de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes, específico para cada requisitante, conforme modelo do Anexo III desta Portaria

§4º A Autorização será intransferível e expedida em duas vias, uma das quais será entregue ao requisitante e a outra arquivada pela Administração do Refúgio de Alcatrazes.

§5º Para renovar a Autorização, o interessado deverá efetuar a solicitação no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do seu vencimento.

§6º Findo o prazo de renovação da autorização, o cadastro deverá ser atualizado por meio da apresentação de documentação para que seja emitida nova Autorização.

§7º No interesse da Administração e por decisão justificada, o Termo de Autorização poderá ser revogado durante sua vigência, mediante notificação à operadora autorizada com 60 (sessenta) dias de antecedência, não lhe sendo devida qualquer espécie de indenização, nos termos do art. 1º desta Portaria.

§8º Caso as operadoras autorizadas não tenham mais interesse na continuidade do exercício da atividade no interior do Refúgio de Alcatrazes antes do término do prazo de validade do Termo de Autorização, deverão comunicar por escrito à Administração do ICMBio Alcatrazes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para cancelamento do Termo e reprogramação do cronograma de operações.

§9º Cabe ao Autorizado manter a documentação referente ao cadastramento atualizada junto à Administração do ICMBio Alcatrazes, sob pena de cassação do Termo de Autorização de Uso.

Art. 7º A renovação do Termo de Autorização estará condicionada ao cumprimento das obrigações constantes nesta Portaria.

CAPÍTULO IV DA OPERAÇÃO

Art. 8º As atividades previstas para visitação pública no Refúgio de Alcatrazes são:

- I – mergulho autônomo; e
- II – visita embarcada.

§1º Para a realização das atividades de mergulho autônomo e visita embarcada no Refúgio de Alcatrazes, a operadora deverá ser devidamente autorizada.

§2º A realização das atividades somente ocorrerá nos locais definidos no Plano de Manejo ou no Plano de Uso Público do Refúgio de Alcatrazes, atendendo às suas normas e diretrizes, bem como ao regulamento previsto nesta Portaria.

§3º Os horários permitidos para a visitação pública no Refúgio de Alcatrazes serão definidos no Plano de Uso Público, podendo ser alterados conforme necessidades de gestão.

§4º Durante o período de visitação pública, em caráter experimental, as atividades só poderão ser exercidas por operadoras comerciais, cadastradas e autorizadas junto ao ICMBio, as quais deverão se sujeitar às disposições estabelecidas nesta Portaria.

§5º Os Autorizados poderão visitar o Refúgio de Alcatrazes somente mediante agendamento junto ao ICMBio, respeitando os quantitativos iniciais de mergulho e visita embarcadas previstos no Plano de Uso Público.

§6º Com base nos resultados obtidos a partir do monitoramento dos quantitativos iniciais de visitação pública previstos no Plano de Uso Público, nos impactos das atividades de visitação implementada ou nas necessidades de gestão, será proposto o Número Balizador da Visitação (NBV), que deverá ser revisado e ajustado periodicamente.

§7º Até que sejam realizadas as atualizações previstas no art. 1º, §3º, fica proibida a visitação de particulares, excetuando-se aquelas organizadas em eventos específicos eventualmente autorizados pela Administração do Refúgio de Alcatrazes.

Art. 9º Para as atividades exercidas por operadores comerciais, as embarcações devem possuir habilitação para a categoria “transporte de passageiros em mar aberto”.

Art. 10. Para o mergulho autônomo será obrigatório, durante todo o mergulho, o acompanhamento de condutores subaquáticos, que deverão ser capacitados anualmente e autorizados pelo ICMBio Alcatrazes, nos termos desta Portaria.

§1º A proporção de condutores subaquáticos por grupos será de no máximo 4 (quatro) visitantes mergulhadores para 1 (um) condutor.

§2º Os condutores devem responsabilizar-se pela segurança de seus visitantes ao longo da atividade de mergulho.

§3º Excetua-se do parágrafo anterior os mergulhadores participantes de atividades de mergulho autônomo turístico (batismo), na qual cada mergulhador visitante é conduzido durante todo o mergulho por um condutor subaquático.

§4º Para o mergulho nos pontos situados nos locais denominados “Paredão de Fora e Parcel das 5 milhas” será exigida certificação mínima em nível avançado para todos os mergulhadores.

§6º Na área “Saco do Funil” somente poderão ser realizadas atividades de mergulho autônomo por operadoras comerciais, conforme estabelecido em instrumentos normativos da Marinha do Brasil e no Plano de Uso Público do Refúgio de Alcatrazes.

§7º A descida para o mergulho autônomo deverá ser feita sobre substrato arenoso, onde o mergulhador deve permanecer ao longo de pelo menos 5 (cinco) minutos iniciais do mergulho, para regulação de fluabilidade, a fim de reduzir danos ao ambiente.

§8º Para os mergulhos nos parcéis e Paredão de Fora, o tempo para regulação de fluabilidade a que se refere o *caput* será dispensado.

§9º Os mergulhadores deverão manter uma distância mínima de 1 (um) metro dos costões ao longo de todo o mergulho sendo responsabilidade do condutor subaquático guiar os visitantes de forma a minimizar impactos negativos ao ambiente provocados por contato não intencional, a exemplo de esbarrões, batidas, chutes ou qualquer outra forma de contato físico com os costões e o fundo.

§10 É permitido o porte de faca de mergulho como equipamento de segurança apenas para os condutores subaquáticos (modelo *z-knife*).

§11 A capacitação dos condutores subaquáticos deverá abordar aspectos sobre os impactos da atividade de mergulho autônomo nos ambientes marinhos, as condutas apropriadas e inapropriadas dos mergulhadores com relação à fauna e o substrato, os atributos naturais, a biodiversidade marinha subaquática, a importância ecológica e as normas do Refúgio de Alcatrazes, devendo estar prevista atividade prática com duração de pelo menos 1 (um) dia *in loco*.

Art. 11. Para as visitas embarcadas é obrigatória a presença de pelo menos 1 (um) condutor por embarcação, que deverá ser capacitado anualmente e autorizado pela Administração do ICMBio Alcatrazes, nos termos desta Portaria, a fim de atuar na prestação de informações pertinentes para os visitantes ao longo das visitas à Unidade de Conservação.

Parágrafo único. Na capacitação a que se refere o *caput* devem ser abordados aspectos sobre os atributos naturais, a biodiversidade marinha, a importância ecológica, as normas do Refúgio de Alcatrazes, os impactos da navegação e as condutas adequadas e inadequadas com relação à aproximação da fauna.

Art. 12. O mergulho livre, caracterizado pela realização da atividade somente com ar contido nos pulmões, uma máscara de mergulho, um respirador e nadadeiras, é permitido ao longo da permanência dos visitantes no Refúgio de Alcatrazes, sendo autorizado o uso de boias, roupas e coletes para segurança e flutuabilidade.

Parágrafo único. O mergulho livre será permitido nas áreas reservadas à prática do mergulho autônomo.

Art. 13. Todas as embarcações devem respeitar os limites estabelecidos como áreas de exclusão de navegação definidas no Plano de Manejo e no Plano de Uso Público do Refúgio de Alcatrazes.

§1º Na área de exclusão de navegação destinada à prática do mergulho autônomo e livre, equivalente a uma faixa de 50 m de distância das ilhas de Alcatrazes e do Farol, é permitida apenas a navegação de botes para apoio à atividade, para deslocamento dos mergulhadores.

§2º Da faixa mencionada no *caput* exclui-se a porção marinha contigua à área insular que abriga ninhais de fragatas na ilha de Alcatrazes, devidamente delimitada no Plano de Uso Público do Refúgio de Alcatrazes, sendo permitida a aproximação das embarcações do costão neste trecho, a fim de viabilizar a observação das aves no ninhal.

§3º A aproximação do ninhal será permitida apenas para uma embarcação por vez.

Art. 14. Os condutores das embarcações autorizadas são responsáveis por sua própria segurança ao longo da permanência no Refúgio de Alcatrazes, bem como de seus acompanhantes, tripulação e clientes.

Parágrafo único. Todos os visitantes e condutores das embarcações autorizadas devem assinar Termo de Conhecimento de Riscos antes da visita ao Refúgio de Alcatrazes.

Art. 15. Nos casos em que houver encontro com cetáceos ao longo de quaisquer atividades, as embarcações devem respeitar as disposições contidas na Portaria IBAMA nº 117/1996 e normas ou protocolos específicos a serem indicados pelo ICMBio.

Parágrafo único. A aproximação às baleias, nos termos do *caput*, somente é permitida para no máximo uma embarcação por vez, que deverá obedecer à velocidade máxima de cinco nós (10 km/h) sem alteração brusca de ruídos do motor.

Art. 16. A Chefia do Refúgio de Alcatrazes poderá estabelecer restrições às atividades de visitação pública, a qualquer tempo, quando houver:

I - necessidade de preservar a integridade física e a salvaguarda da vida dos visitantes;

- II - situações que representem risco aos atributos naturais protegidos pela unidade de conservação;
- III – situações fortuitas ou de força maior que inviabilizem a visita na unidade de conservação;
- IV – situações de emergências de manejo e pesquisa na unidade de conservação; e
- V - exercícios de alinhamento e aprestamento dos sistemas de armas da Marinha do Brasil na zona de amortecimento do Refúgio de Alcatrazes.

CAPÍTULO V DAS CONTRAPARTIDAS

Art. 17. Constituem contrapartidas dos Autorizados:

- I – confeccionar materiais informativos sobre o Refúgio de Alcatrazes, seus atributos e normas, para conhecimento dos visitantes nas embarcações ao longo da visita, conforme especificações a serem fornecidas pela Administração da unidade de conservação;
- II – informar ao ICMBio Alcatrazes, por meio de formulário próprio a ser indicado pela Administração, quaisquer infrações ou situações anormais observadas dentro de seus limites; e
- III – compartilhar com a Administração do ICMBio Alcatrazes informações de interesse para o monitoramento da biodiversidade e das condições ambientais das unidades de conservação, por meio de cessão de imagens, vídeos, coordenadas geográficas e outros dados obtidos ao longo das atividades.

CAPÍTULO VI DO VOLUNTARIADO

Art. 18. Voluntários cadastrados em Programas de Voluntariado do ICMBio Alcatrazes poderão, eventualmente, ser autorizados a atuar como condutores nas atividades de visita embarcada no Refúgio de Alcatrazes.

§1º Os voluntários deverão ter a qualificação mínima exigida nesta Portaria e receber capacitação prévia compatível com o objetivo de cada atividade.

§2º Os voluntários serão indicados pela Administração do Refúgio de Alcatrazes, conforme a rotina estabelecida por seu Programa de Voluntariado anual.

§3º A participação dos voluntários deverá observar o que dispõe a Instrução Normativa ICMBio nº 03/2016 ou o ato que vier a substituí-la.

CAPÍTULO VII DAS OBRIGAÇÕES

Seção I Dos Autorizados

Art. 19. Constituem obrigações dos Autorizados:

- I – praticar e promover a visita consciente, respeitando regras de mínimo impacto;
- II – fornecer aos visitantes as informações preliminares sobre as condições da visita, os riscos inerentes à realização de atividades em área natural aberta e adotar medidas para segurança, conforto e bem estar dos visitantes;
- III – fornecer aos visitantes informações sobre as características naturais, históricas e culturais do Refúgio de Alcatrazes, bem como sobre sua importância ecológica;
- IV – informar aos visitantes sobre as áreas da Estação Ecológica - Esec Tupinambás, sua função, importância e restrições de uso;
- V – resguardar a segurança das pessoas a bordo e a integridade da embarcação, sendo de sua inteira responsabilidade

informar-se quanto à previsão das condições climáticas e marítimas antes de proceder à visita ao Refúgio de Alcatrazes;

VI – prezar pelo uso adequado dos sistemas de poita de fundeio, assumindo a responsabilidade por quaisquer danos causados pelas embarcações sob sua responsabilidade;

VII – manter as embarcações de acordo com as normas da Capitania dos Portos e devidamente equipadas com, no mínimo, os seguintes instrumentos:

a) material de salvatagem e estojo de primeiros socorros, conforme especificado pela Marinha do Brasil;

b) caixa de resíduos estanque dimensionada para a coleta da totalidade dos dejetos produzidos pelos passageiros nos sanitários de bordo;

c) equipamento de localização global (GPS);

d) equipamento de comunicação via rádio; e

e) lista de telefones de emergência.

VIII – responsabilizar-se pela operação das atividades e pela adoção e cumprimento de protocolos e procedimentos de segurança pertinentes;

IX – obedecer a legislação ambiental brasileira e as normas e disposições dos demais instrumentos normativos do Refúgio de Alcatrazes, incluindo seu Plano de Manejo e Plano de Uso Público;

X – efetuar agendamento correspondente ao número de embarcações e de passageiros envolvidos na atividade;

XI – respeitar os limites referentes aos locais onde houver restrição de navegação e de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes;

XII – elaborar e encaminhar relatórios de atividades realizadas no Refúgio de Alcatrazes à Administração da unidade de conservação, conforme modelo e periodicidade indicados pelo ICMBio Alcatrazes;

XIII – respeitar os limites da Esec Tupinambás; e

XIV – utilizar preferencialmente produtos biodegradáveis para limpeza de utensílios e buscar adequações nos sistemas de armazenamento de efluentes para que estes possam também receber os descartes provenientes das cozinhas.

Art. 20. Além daquelas descritas no art. 19, constituem obrigações dos Autorizados que executarem atividade de mergulho autônomo:

I – zelar para que sejam cumpridas as normas internacionais de mergulho;

II – zelar para que sejam adotadas as condutas apropriadas para a condução dos visitantes visando ao mínimo impacto no ambiente;

III – zelar pela segurança do visitante, incluindo a qualidade do gás respirável, dos equipamentos e dos demais insumos usados pelos visitantes, e aqueles destinados à garantia de manutenção de temperatura corporal, para casos de hipotermia; e

IV - manter maca em bom estado de conservação e suprimento de O₂ puro em condições de pronto uso.

Seção II Do Refúgio de Alcatrazes

Art. 21. Constituem obrigações do Refúgio de Alcatrazes:

I - cadastrar e divulgar a relação de operadoras das atividades de mergulho autônomo e visita embarcada na página do Refúgio de Alcatrazes na internet, incluindo equipe técnica;

II - avaliar continuamente as operadoras autorizadas visando à boa qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes;

III - efetuar o monitoramento da atividade e de seus impactos; e

IV- instar o Autorizado e adotar as providências cabíveis quando receber denúncias, reclamações ou constatar o descumprimento de qualquer cláusula da Autorização ou demais normas da unidade de conservação.

CAPÍTULO VIII DAS PROIBIÇÕES

Art. 22. É proibido:

- I – utilizar produtos de higiene e cuidados pessoais tais como sabonetes, xampus, cremes de cabelo, óleos bronzeadores e outros, excetuando-se aqueles destinados à proteção solar;
- II – o consumo de bebidas alcóolicas pelos prestadores de serviços;
- III – dentro do perímetro de uma milha náutica (1,8 km) das ilhas, manter velocidade superior a cinco nós (10 km/h) e alterar de maneira brusca o percurso ou a emissão de ruídos do motor;
- IV – portar petrechos de pesca, salvo aqueles destinados à salvaguarda da vida humana, assim considerados pela Marinha do Brasil;
- V – descartar qualquer tipo de resíduo sólido ou líquido, inclusive orgânico, bem como descartar diretamente efluentes sanitários ou acionar bombas e sistemas de esgotamento de tanques de retenção de efluentes das embarcações;
- VI – o ingresso e a permanência de animais domésticos, exóticos, domesticados e/ou amansados nas embarcações, com exceção de cães guias;
- VII – acionar buzinas e outros sinais sonoros, bem como utilizar equipamentos sonoros coletivos e instrumentos musicais diversos dentro do perímetro de uma milha náutica (1,8 km) das ilhas, exceto em condições necessárias à segurança de navegação, como visibilidade restrita;
- VIII – preparar alimentos que possam atrair as aves das unidades de conservação, a exemplo de churrascos, frituras e semelhantes, no perímetro de três milhas náuticas (5,5 km) das ilhas;
- IX – manipular projéteis ou quaisquer resíduos dos treinamentos militares nas áreas das unidades de conservação, sob qualquer circunstância;
- X – fundear embarcações de qualquer outra forma que não nas poitas instaladas pelo ICMBio Alcatrazes;
- XI – alimentar a fauna silvestre;
- XII – usar embarcações contaminadas ou bioincrustadas;
- XIII – usar embarcações que estejam dispersando resíduos de qualquer natureza ou emitindo fumaça excessiva, dentre outras condições que causem poluição ou degradação ambiental;
- XIV – retirar, sem prévia autorização do ICMBio Alcatrazes, quaisquer objetos perdidos, descartados ou abandonados, mesmo que petrechos de pesca, a não ser resíduos flutuantes;
- XV – desembarcar em qualquer ilha ou formação do arquipélago;
- XVI – tocar nos costões rochosos, perseguir, tocar ou apanhar quaisquer organismos marinhos, retirar ou coletar qualquer material (conchas, pedras, dispositivos de pesquisa experimental etc.);
- XVII – mergulhar com cetáceos ou outros animais marinhos que possam oferecer risco ao visitante;
- XVIII – realizar tentativas de resgate ou salvamento de fauna sem prévia comunicação com o ICMBio Alcatrazes, com exceção dos condutores subaquáticos autorizados e capacitados;
- XIX – fazer uso de prolongadores para equipamentos de produção de imagens (“pau de selfie”);
- XX – instalar recifes artificiais para atividades de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes; e
- XXI – utilizar nas embarcações materiais leves e descartáveis, que possam ser dispersos pelo vento e lançados ao mar.

CAPÍTULO IX DO AGENDAMENTO E DO PAGAMENTO DE INGRESSO

Art. 23. O agendamento para a realização das atividades de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes é obrigatório e será feito junto à sede administrativa do ICMBio Alcatrazes.

§1º O detalhamento do agendamento será definido pelo ICMBio Alcatrazes em conjunto com os Autorizados após a emissão dos Termos de Autorização de Uso.

§2º Observadas as formalidades pertinentes, o pagamento de ingresso de acesso poderá ser estabelecido a qualquer tempo após a publicação desta Portaria, o que será decidido a partir dos dados do monitoramento das atividades de visitação pública e das necessidades de gestão.

§3º Caso se faça necessário, a Administração do Refúgio de Alcatrazes poderá, a fim de contemplar demandas de gestão, estabelecer um sistema de revezamento para o agendamento dos Autorizados, respeitado o NBV do Refúgio de Alcatrazes.

CAPÍTULO X DO DESCUMPRIMENTO

Art. 24. Constatado o descumprimento das prescrições contidas nesta Portaria, o Autorizado poderá, a depender das circunstâncias do caso concreto, ser advertido, suspenso temporariamente ou ter sua autorização cassada pela Chefia do ICMBio Alcatrazes, sem prejuízo das responsabilizações cabíveis nas esferas administrativa, civil e penal e da possibilidade de anulação ou revogação do ato autorizativo.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O ICMBio conferirá ampla publicidade a esta Portaria, a partir da data de sua publicação.

Art. 26. Após a publicação desta Portaria, os interessados poderão, no prazo de 45 dias, solicitar o seu cadastramento junto à Administração do ICMBio Alcatrazes.

Art. 27. A realização de atividades esportivas e competitivas de baixo impacto, de atividades com objetivos educacionais, acadêmicos e de ciência cidadã e de eventos no Refúgio de Alcatrazes deverá ser solicitada por meio de requerimento de autorização especial de uso (Anexo V) e, se for o caso, será autorizada na forma do Termo de Autorização Especial de Uso previsto no Anexo VI desta Portaria.

Art. 28. Os casos omissos e as excepcionalidades não previstas nesta Portaria, bem como outras particularidades relacionadas à visitação pública no Refúgio de Alcatrazes, serão resolvidos pelo ICMBio de acordo com a legislação de regência, ouvido o seu Conselho Gestor, quando couber.

Art. 29. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

ANEXO I REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

Venho solicitar autorização para prestação de serviços e realização de atividades de apoio à visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes conforme informações prestadas abaixo e documentação apresentada em anexo.

Dados do Interessado:

Nome do responsável: _____

CPF: _____

Empresa: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____

Telefones: () _____; () _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Atividade de interesse: Mergulho Autônomo Visita Embarcada

ANEXO II
TERMO DE CONHECIMENTO DE RISCOS REFERENTE À TRANSPORTE EMBARCADO DE VISITANTES

ATIVIDADE: XXXX**PERÍODO:** XXXX**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO N°:** XXXX**NOME E TÍTULO DE INSCRIÇÃO DA EMBARCAÇÃO:** XXXX**RESPONSÁVEL PELA EMBARCAÇÃO:** XXXX

Declaro estar ciente de que existem riscos inerentes à navegação em ambiente de mar aberto, responsabilizando-me pela segurança dos visitantes a bordo da embarcação referida acima durante a prática de visita ao Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, isentando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio de qualquer responsabilidade. Declaro ainda ter conhecimento das normas para visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, comprometendo-me a obedecê-las, bem como às diretrizes contidas em seu Plano de Uso Público e demais normativas e regulamentos vigentes relacionados à UC.

Nome: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Habilitação:

Em caso de emergência, quem avisar?

Telefone: _____

Em, ____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO III
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

| | | |
|--|--|--|
| | Ministério do Meio Ambiente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Alcatrazes TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO | |
|--|--|--|

Termo de Autorização de Uso nº XXX/2017

São Sebastião, XX de mês de 2017

Considerando a Portaria ICMBio nº XX de XX de agosto de 2017, e tendo em vista a análise da documentação apresentada pelo interessado, o Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Alcatrazes AUTORIZA o exercício da atividade de xxxx (Mergulho Autônomo, Visita Embarcada) no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes.

Interessado (nome do responsável e nome da empresa, quando houver):

CPF:

CNPJ:

Endereço:

Este ato administrativo é de caráter precário por sua natureza e pode ser revogado a qualquer tempo sem ensejar ao Autorizado qualquer forma de indenização.

Validade: DD/MM/AAAA**RESTRIÇÕES**

Não é permitido para as atividades de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes:

I – utilizar produtos de higiene e cuidados pessoais tais como sabonetes, xampus, cremes de cabelo, óleos bronzeadores e outros, excetuando-se aqueles destinados à proteção solar;

II – o consumo de bebidas alcóolicas pelos prestadores de serviços;

III – navegar perímetro de uma milha náutica (1,8 km) das ilhas, com velocidade acima de cinco nós (10 km/h) – para a navegação neste perímetro não é permitida a alteração brusca de percurso e dos ruídos do motor;

IV – portar petrechos de pesca, salvo aqueles destinados à salvaguarda da vida humana, assim considerados pela Marinha do Brasil;

V – descartar qualquer tipo de resíduo sólido ou líquido, inclusive orgânico, bem como descartar diretamente efluentes sanitários ou acionar bombas e sistemas de esgotamento de tanques de retenção de efluentes das embarcações;

VI – o ingresso e a permanência de animais domésticos, exóticos, domesticados e/ou amansados nas embarcações, com exceção de cães guias;

VII – acionar buzinas e outros sinais sonoros, bem como utilizar equipamentos sonoros coletivos e instrumentos musicais diversos no entorno de uma milha náutica (1,8 km) das ilhas, exceto em condições necessárias à segurança de navegação, como visibilidade restrita;

VIII – preparar alimentos que possam atrair as aves das unidades de conservação, a exemplo de churrascos, frituras e semelhantes, no perímetro de três milhas náuticas (5,5 km) das ilhas;

IX – manipular projéteis ou quaisquer resíduos dos treinamentos militares nas áreas das unidades de conservação, sob qualquer circunstância;

X – fundear embarcações de qualquer outra forma que não nas poitas instaladas pelo ICMBio Alcatrazes;

XI – alimentar a fauna silvestre;

XII – usar embarcações contaminadas ou bioincrustadas;

XIII – usar embarcações que estejam dispersando resíduos de qualquer natureza ou emitindo fumaça excessiva, dentre outras condições que causem poluição ou degradação ambiental;

XIV – retirar, sem prévia autorização do ICMBio Alcatrazes, quaisquer objetos perdidos, descartados ou abandonados, mesmo que petrechos de pesca, a não ser resíduos flutuantes;

XV – desembarcar em qualquer ilha ou formação do arquipélago;

XVI – tocar nos costões rochosos, perseguir, tocar ou apanhar quaisquer organismos marinhos, retirar ou coletar qualquer material (conchas, pedras, dispositivos de pesquisa experimental etc.);

XVII – mergulhar com cetáceos e outros animais marinhos que possam oferecer risco ao visitante;

XVIII – realizar tentativas de resgate ou salvamento de fauna sem prévia comunicação com o ICMBio Alcatrazes, com exceção dos condutores subaquáticos autorizados e capacitados;

XIX – fazer uso de prolongadores para equipamentos de produção de imagens (“pau de selfie”);

XX – instalar recifes artificiais para atividades de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes; e

XXI – utilizar nas embarcações materiais leves e descartáveis, que possam ser dispersos pelo vento e lançados ao mar.

OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações dos Autorizados:

I – praticar e promover a visitação consciente, respeitando regras de mínimo impacto;

II – fornecer aos visitantes as informações preliminares sobre as condições da visita, os riscos inerentes à realização de atividades em área natural aberta e adotar medidas para segurança, conforto e bem estar dos visitantes;

III – fornecer aos visitantes informações sobre as características naturais, históricas e culturais do Refúgio de Alcatrazes, bem como sobre sua importância ecológica;

IV – informar ao visitante sobre as áreas da Estação Ecológica - Esec Tupinambás, sua função, importância e restrições de uso;

V – resguardar a segurança das pessoas a bordo e a integridade da embarcação, sendo de sua inteira responsabilidade se inteirar da previsão das condições climáticas e marítimas antes de proceder à visita ao Refúgio de Alcatrazes;

VI – prezar pelo uso adequado dos sistemas de poita de fundeio, assumindo a responsabilidade por quaisquer danos causados pelas embarcações sob sua responsabilidade;

VII – manter as embarcações de acordo com as normas da Capitania dos Portos e devidamente equipadas com, no mínimo, os seguintes instrumentos:

- a) Material de salvatagem e estojo de primeiros socorros, conforme especificado pela Marinha do Brasil;
- b) Caixa de resíduos estanque dimensionada para a coleta da totalidade dos dejetos produzidos pelos passageiros nos sanitários de bordo;
- c) Equipamento de localização global (GPS);
- d) Equipamento de comunicação via rádio; e
- e) Lista de telefones de emergência.

VIII – responsabilizar-se pela operação das atividades e pela adoção e cumprimento de protocolos e procedimentos de segurança pertinentes;

IX – obedecer a legislação ambiental brasileira e as normas e disposições dos demais instrumentos normativos do Refúgio de Alcatrazes, incluindo seu Plano de Manejo e Plano de Uso Público;

X – efetuar agendamento correspondente ao número de embarcações e de passageiros envolvidos na atividade;

XI – respeitar os limites referentes aos locais onde houver restrição de navegação e de visitação pública no Refúgio de Alcatrazes;

XII – elaborar e encaminhar relatórios de atividades realizadas no Refúgio de Alcatrazes à Administração da unidade de conservação, conforme modelo e periodicidade indicados pelo ICMBio Alcatrazes;

XIII – respeitar os limites da Esec Tupinambás; e

XIV – utilizar preferencialmente produtos biodegradáveis para limpeza de utensílios, e buscar adequações nos sistemas de armazenamento de efluentes para que estes possam também receber os descartes provenientes das cozinhas.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ter conhecimento das normas para visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, comprometendo-me a obedecê-las, bem como às diretrizes contidas em seu Plano de Uso Público e demais normativas e regulamentos vigentes relacionados à UC.

Assinatura do Autorizado

Autoridade/Cargo/ Carimbo:

ANEXO IV
TERMO DE CONHECIMENTO DE RISCO INDIVIDUAL**ATIVIDADE:** xxxxxx**PERÍODO:** xxxxx**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO N°:** XXXX**RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE:** XXXXX

Declaro estar ciente de que existem riscos inerentes à permanência em áreas naturais, responsabilizando-me por acidentes durante minha visita ao Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, isentando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio de qualquer responsabilidade. Declaro ainda ter conhecimento das normas para visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, comprometendo-me a obedecê-las, bem como às diretrizes contidas em seu Plano de Uso Público e demais normativas e regulamentos vigentes relacionados à UC.

Nome: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Em caso de emergência, quem avisar?

Telefone: _____

Em _____ de _____ de _____

*Assinatura***Normas para Visitação Pública no Refúgio de Alcatrazes**

5.1.1 Quaisquer atividades que coloquem em risco a integridade dos ecossistemas deverão ser imediatamente suspensas, independente da autorização que possuam, respeitado o disposto no inciso V, art. 3º do Decreto de dois de agosto de 2017 e Decreto nº 4.411/2002.

5.1.6 Nas áreas das unidades de conservação não é permitido o descarte de qualquer tipo de resíduo sólido, inclusive orgânico, bem como o descarte direto de efluentes sanitários e dos porões das embarcações, assim como não é permitido o acionamento de bombas dos sistemas de esgotamento de tanques de retenção de efluentes das embarcações.

5.1.7 Não são permitidos o ingresso e a permanência nas unidades de conservação de pessoas acompanhadas de animais domésticos, como cachorros, gatos, entre outros animais exóticos, bem como são proibidos animais domesticados ou amansados nas embarcações.

5.1.8 Excetua-se do item 5.1.7 os cães guias, conforme previsto em legislação específica.

5.1.9 Não é permitido o acionamento de buzinas e outros sinais sonoros, bem como a utilização de equipamentos sonoros coletivos e instrumentos musicais diversos no entorno de uma milha náutica ($\pm 1,8$ km) das ilhas, exceto em condições necessárias à segurança de navegação,

como visibilidade restrita.

- 5.1.11 Não é permitido o preparo de alimentos que possam atrair as aves das unidades de conservação, a exemplo de churrascos, frituras e semelhantes, no entorno de 3 milhas náuticas ($\pm 5,5$ km) das ilhas.
- 5.1.27 Não é permitido manipular projéteis ou quaisquer resíduos dos treinamentos militares nas áreas das unidades de conservação, sob qualquer circunstância, inclusive durante as atividades próprias da gestão, monitoramento e pesquisa.
- 5.1.28 Quaisquer artefatos bélicos ou resíduos observados deverão ser imediatamente comunicados à Marinha do Brasil e ao ICMBio, para os devidos procedimentos.
- 5.1.32 O fundeio, quando autorizado nas unidades de conservação, deverá ser realizado em locais previamente estabelecidos nos instrumentos de planejamento e regulamentação das unidades de conservação, em fundos arenosos ou em poitas.
- 5.1.33 Não é permitido alimentar a fauna silvestre, exceto nas atividades vinculadas a procedimentos metodológicos de pesquisas científicas e manejo da fauna, aprovados pelo ICMBio.
- 5.1.35 Não é permitida a entrada de embarcações, ou estruturas de qualquer natureza, bioincrustadas ou contaminadas com espécies exóticas nas unidades de conservação.
- 5.1.36 A retirada de quaisquer petrechos de pesca perdidos, descartados ou abandonados no interior das unidades de conservação deverá ser previamente autorizada pelo ICMBio, a fim de evitar possíveis interferências com pesquisas em desenvolvimento ou nos resultados de programas de monitoramento.
- 5.1.37 Não é permitida a instalação de recifes artificiais e outras estruturas permanentes passíveis de serem colonizadas por organismos marinhos nas unidades de conservação.
- 5.3.2 A navegação no entorno de 1 milha náutica (1,8 km) das ilhas do Refúgio de Alcatrazes deverá ser estabelecida nos instrumentos de planejamento e regulamentação da unidade de conservação.
- 5.3.4 A parada das embarcações para a visita pública no Refúgio de Alcatrazes só poderá ocorrer em poitas, nas áreas pré-determinadas para esse fim, ou conforme disposto nos instrumentos de planejamento e regulamentação da unidade de conservação.
- 5.3.5 As atividades de visita noturna no Refúgio de Alcatrazes serão autorizadas conforme diretrizes e normas estabelecidas neste plano de manejo ou em outros instrumentos de planejamento e regulamentação.
- 5.3.6 As embarcações autorizadas para a prática de atividades de visita não poderão portar petrechos de pesca, exceto aqueles considerados equipamentos de salvatagem pela autoridade marítima.
- 5.3.7 As embarcações autorizadas a operar a visita pública no Refúgio de Alcatrazes deverão ser habilitadas para transporte de passageiros e navegação em mar aberto, conforme exigências da Marinha do Brasil.
- 5.3.8 As embarcações particulares autorizadas a visitar a unidade de conservação deverão ter dotação para navegação em mar aberto, conforme exigências da Marinha do Brasil.
- 5.3.9 Nas atividades de visita é proibido o toque nos costões rochosos e organismos marinhos, perseguição da fauna e apanha de quaisquer organismos marinhos.
- 5.3.10 É proibida a retirada de material de origem orgânica e inorgânica da unidade de conservação, tais como conchas e pedaços de rochas.
- 5.3.11 As atividades de avistamento de cetáceos, aves e quelônios deverão observar as normativas vigentes e recomendações de práticas de baixo impacto.
- 5.3.12 A realização de atividades e práticas esportivas e competitivas de baixo impacto na unidade de conservação poderá ser permitida mediante autorização do ICMBio.

Fonte: Plano de Manejo da Estação Ecológica Tupinambás e Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes

ANEXO V
REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE USO

Venho solicitar autorização para realização de atividades de uso público no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes conforme informações prestadas abaixo e documentação apresentada em anexo.

Dados do Interessado:

Nome do responsável: _____

CPF: _____

Instituição: _____

CNPJ: _____

Telefones: () _____; () _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Atividade de interesse: _____

Detalhamento da atividade de interesse:

1. Objetivo da atividade e justificativa.
2. Número de participantes e estrutura de apoio (embarcações, estruturas de apoio previstas para as áreas da UC durante a atividade).
3. Localização da atividade com croqui simplificado do Arquipélago.
4. Período de realização.
5. Outras observações.

ANEXO VI
TERMO DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE USO

| | | |
|--|---|----------------------------------|
| | Ministério do Meio Ambiente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Alcatrazes TERMO DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE USO | |
| Termo de Autorização Especial de Uso nº XXX/2017 | | São Sebastião, XX de mês de 2017 |
| Considerando a Portaria ICMBio nº XX de XX de agosto de 2017, e tendo em vista a análise da documentação apresentada pelo interessado, o Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Alcatrazes AUTORIZA o exercício da atividade de XXXX no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes. | | |
| Interessado (nome do responsável e nome da instituição, quando houver): | | CPF: |
| | | CNPJ: |
| Endereço: | | |
| Validade: DD/MM/AAAA | | |
| CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES ESPECÍFICAS | | |

RESTRICÇÕES GERAIS – Fonte: Normas do Plano de Manejo da Estação Ecológica Tupinambás e Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes

- 5.1.1 Quaisquer atividades que coloquem em risco a integridade dos ecossistemas deverão ser imediatamente suspensas, independente da autorização que possuam, respeitado o disposto no inciso V, art. 3º do Decreto de dois de agosto de 2017 e Decreto nº 4.411/2002.
- 5.1.6 Nas áreas das unidades de conservação não é permitido o descarte de qualquer tipo de resíduo sólido, inclusive orgânico, bem como o descarte direto de efluentes sanitários e dos porões das embarcações, assim como não é permitido o acionamento de bombas dos sistemas de esgotamento de tanques de retenção de efluentes das embarcações.
- 5.1.7 Não são permitidos o ingresso e a permanência nas unidades de conservação de pessoas acompanhadas de animais domésticos, como cachorros, gatos, entre outros animais exóticos, bem como são proibidos animais domesticados ou amansados nas embarcações.
- 5.1.8 Excetua-se do item 5.1.7 os cães guias, conforme previsto em legislação específica.
- 5.1.9 Não é permitido o acionamento de buzinas e outros sinais sonoros, bem como a utilização de equipamentos sonoros coletivos e instrumentos musicais diversos no entorno de uma milha náutica ($\pm 1,8$ km) das ilhas, exceto em condições necessárias à segurança de navegação, como visibilidade restrita.
- 5.1.11 Não é permitido o preparo de alimentos que possam atrair as aves das unidades de conservação, a exemplo de churrascos, frituras e semelhantes, no entorno de 3 milhas náuticas ($\pm 5,5$ km) das ilhas.
- 5.1.27 Não é permitido manipular projéteis ou quaisquer resíduos dos treinamentos militares nas áreas das unidades de conservação, sob qualquer circunstância, inclusive durante as atividades próprias da gestão, monitoramento e pesquisa.
- 5.1.28 Quaisquer artefatos bélicos ou resíduos observados deverão ser imediatamente comunicados à Marinha do Brasil e ao ICMBio, para os devidos procedimentos.
- 5.1.32 O fundeio, quando autorizado nas unidades de conservação, deverá ser realizado em locais previamente estabelecidos nos instrumentos de planejamento e regulamentação das unidades de conservação, em fundos arenosos ou em poitas.
- 5.1.33 Não é permitido alimentar a fauna silvestre, exceto nas atividades vinculadas a procedimentos metodológicos de pesquisas científicas e manejo da fauna, aprovados pelo ICMBio.
- 5.1.35 Não é permitida a entrada de embarcações, ou estruturas de qualquer natureza, bioincrustadas ou contaminadas com espécies exóticas nas unidades de conservação.
- 5.1.36 A retirada de quaisquer petrechos de pesca perdidos, descartados ou abandonados no interior das unidades de conservação deverá ser previamente autorizada pelo ICMBio, a fim de evitar possíveis interferências com pesquisas em desenvolvimento ou nos resultados de programas de monitoramento.
- 5.1.37 Não é permitida a instalação de recifes artificiais e outras estruturas permanentes passíveis de serem colonizadas por organismos marinhos nas unidades de conservação.
- 5.3.2 A navegação no entorno de 1 milha náutica (1,8 km) das ilhas do Refúgio de Alcatrazes deverá ser estabelecida nos instrumentos de planejamento e regulamentação da unidade de conservação.
- 5.3.4 A parada das embarcações para a visita pública no Refúgio de Alcatrazes só poderá ocorrer em poitas, nas áreas pré-determinadas para esse fim, ou conforme disposto nos instrumentos de planejamento e regulamentação da unidade de conservação.
- 5.3.5 As atividades de visita noturna no Refúgio de Alcatrazes serão autorizadas conforme diretrizes e normas estabelecidas neste plano de manejo ou em outros instrumentos de planejamento e regulamentação.
- 5.3.6 As embarcações autorizadas para a prática de atividades de visita não poderão portar petrechos de pesca, exceto aqueles considerados equipamentos de salvatagem pela autoridade marítima.
- 5.3.7 As embarcações autorizadas a operar a visita pública no Refúgio de Alcatrazes deverão ser habilitadas para transporte de passageiros e navegação em mar aberto, conforme exigências da Marinha do Brasil.
- 5.3.8 As embarcações particulares autorizadas a visitar a unidade de conservação deverão ter dotação para navegação em mar aberto, conforme

exigências da Marinha do Brasil.

5.3.9 Nas atividades de visitação é proibido o toque nos costões rochosos e organismos marinhos, perseguição da fauna e apanha de quaisquer organismos marinhos.

5.3.10 É proibida a retirada de material de origem orgânica e inorgânica da unidade de conservação, tais como conchas e pedaços de rochas.

5.3.11 As atividades de avistamento de cetáceos, aves e quelônios deverão observar as normativas vigentes e recomendações de práticas de baixo impacto.

5.3.12 A realização de atividades e práticas esportivas e competitivas de baixo impacto na unidade de conservação poderá ser permitida mediante autorização do ICMBio.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ter conhecimento das normas para visitação pública no Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, me comprometendo a obedecê-las, bem como às diretrizes contidas em seu Plano de Uso Público e demais normativas e regulamentos vigentes relacionados à UC.

Assinatura do Autorizado

Autoridade/Cargo/ Carimbo:



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Jose Soavinski, Presidente**, em 13/09/2017, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **1839193** e o código CRC **DFEDE1DE**.